

Contribuições, passo a passo, de duas teorias desenvolvimentistas

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Novembro de 2024. Para livro que está sendo organizado por Marcus Ianoni e Renato Perissinotto, *Comparação e Desenvolvimento*.

O desenvolvimentismo estruturalista clássico foi, a partir dos anos 1940, a primeira escola de pensamento voltada para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo que procurava explicar por que eles não se industrializavam, oferecia políticas para que realizassem o catching up – o alcance dos níveis de renda dos países ricos. O novo desenvolvimentismo surgiu nos anos 2000 para explicar por que muitos países em desenvolvimento pararam de crescer a partir dos anos 1980 e também para oferecer políticas para a retomada do crescimento. Neste ensaio vou comparar as duas teorias, primeiro apresentando as principais contribuições da teoria desenvolvimentista estruturalista clássica (TDC) e, em seguida, apresentando, na ordem em que foram realizadas, as contribuições da teoria novo-desenvolvimentista (TND). Não se trata, portanto, de uma real comparação, porque as duas teorias são complementares.

Nos anos 1930, durante a Grande Depressão, surgiu a teoria econômica keynesiana; na década seguinte, surgiu a TDC. Ambas refletiram a crise da teoria econômica neoclássica e do liberalismo econômico que haviam ficado desmoralizados devido ao tamanho da crise. Por TND entendo a teoria econômica desenvolvida tanto no centro quanto na periferia do capitalismo por economistas como Rosenstein-Rodan, Raúl Prebisch, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e Celso Furtado. Além de John M. Keynes e Michal Kalecki, os

principais criadores da teoria econômica pós-keynesiana foram, na sua vertente inglesa, Nickolas Kaldor, e na americana, Paul Davidson. Nos anos 2000, a TND surgiu sob influência dessas duas teorias ao acrescentar a ambas uma macronomia estruturalista do desenvolvimento.¹

Ao surgir, a TDC recebeu o nome de 'economia do desenvolvimento' (development economics) e na América Latina, de "teoria estruturalista". Prefiro chamá-la de 'teoria desenvolvimentista estruturalista clássica', porque não é uma denominação tão vaga quanto development economics e unifica as teorias de crescimento desenvolvidas tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países ricos. Ela é desenvolvimentista porque envolve uma intervenção moderada do Estado na economia e no nacionalismo econômico; ela é 'estruturalista' porque implica uma 'mudança estrutural', de uma sociedade tradicional ou então de uma sociedade primário-exportadora (mercantilista) para uma sociedade capitalista apoiada na concorrência e no aumento da produtividade; ela é 'clássica' porque é a teoria exclusivamente do desenvolvimento e do subdesenvolvimento mais antiga e mais conhecida.

A TDC e a TND, como a teoria pós-keynesiana, são teorias que adotam o método histórico-estrutural ou histórico-dedutivo para compreender um fenômeno histórico como é o dos sistemas econômicos reais e seu desenvolvimento ou a sua dinâmica. A primeira para explicar o subdesenvolvimento e por que o crescimento econômico requeria industrialização; a segunda para entender por que esse processo foi interrompido, exceto no Leste, Sudeste e Sul da Ásia, e pensar quais as políticas econômicas que podem superar a atual quase-estagnação. Dado seu caráter históricos, ambas pensaram o problema não apenas em termos de teoria econômica mas também de economia política.

Vemos, portanto, que as duas teorias têm origens diferentes, mas elas são complementares, a segunda se apoiando na primeira e na teoria pós-keynesiana. Poderíamos considerá-las uma única teoria, mas acredito ser melhor distingui-las, porque a segunda fez contribuições adicionais que julgo significativas e ela faz algumas críticas à

primeira que a tornam distinta. Neste ensaio, vou primeiro apresentar as principais contribuições do desenvolvimentismo clássico e as críticas e adições da teoria novo-desenvolvimentista.

Contribuições da teoria desenvolvimentista clássica

A TDC partiu da crítica à teoria econômica neoclássica, que supõe que o mercado é capaz de levar os países ao desenvolvimento e, portanto, julga desnecessária a industrialização. Para a TDC, não há crescimento econômico sem industrialização. Os argumentos são de natureza tanto empírica quanto teórica. Vou agora enumerar as principais contribuições desta teoria econômica surgida durante a Segunda Guerra Mundial.

Primeiro, para a TDC o desenvolvimento econômico equivale à industrialização ou à ‘mudança estrutural’, que eu hoje prefiro dizer ‘sofisticação produtiva’. No plano da história, a industrialização tem sido a condição necessária para que os países se desenvolvam. Nenhum país se desenvolveu sem que tenha se industrializado ou se sofisticado produtivamente. Economistas neoclássicos e portanto liberais falam sempre da Austrália ou da Holanda, mas esses países se industrializaram para se tornarem países ricos.

Segundo, Rosenstein Rodan (1943), que pode ser considerado o fundador do desenvolvimentismo clássico, desenvolveu o ‘modelo do desenvolvimento equilibrado’ segundo o qual os investimentos em empresas industriais em países subdesenvolvidos não seriam lucrativos e, portanto, inviáveis individualmente – não teriam condições de ser competitivos em relação aos países ricos, porque estes se beneficiavam de externalidades positivas que baixavam seus custos. Para que a industrialização ocorresse era necessário um grande impulso (big push) do Estado que, apoiado em recursos externos, promovesse a realização de um conjunto de investimentos industriais que, dessa forma, poderiam se beneficiar das externalidades positivas e se tornarem viáveis. Tratava-se, portanto, também de uma crítica à teoria neoclássica e uma legitimação da intervenção do Estado na economia.

Terceiro, Raúl Prebisch (1949) e Hans Singer (1950) mostraram teórica e empiricamente que o aumento a produtividade no Norte não se transforma integralmente em baixa de preços que favorece também a população dos países subdesenvolvidos, como propõe a teoria econômica neoclássica, mas uma parte considerável dela se transforma diretamente em aumento dos salários reais dos trabalhadores dos países ricos. Essa é a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio. A principal razão que os dois economistas ofereceram para essa retenção dos ganhos de produtividade foi porque os trabalhadores dos países ricos demonstraram ser suficientemente organizados para garantir para si sob a forma de salários mais altos os benefícios dos aumentos de produtividade.

Quarto, Ragnar Nurkse foi o primeiro dos desenvolvimentistas clássicos a apresentar uma teoria sistemática do subdesenvolvimento em seis conferências que pronunciou no Brasil, na Fundação Getúlio Vargas, em julho e agosto de 1951, depois publicadas em livro com algumas revisões – *Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (1951). Nurkse define como problema fundamental dos países menos desenvolvidos a falta de poupança. Em suas conferências de 1951, ele parte do

Círculo vicioso da pobreza que (a) vai do baixo nível de renda a (b) pequena capacidade de poupar e, daí, a (c) falta de capital, conduzindo à (d) baixa produtividade e, portanto, de volta ao baixo nível de renda per capita. (Nurkse (1951: 65).

Estão nesse parágrafo os principais problemas dos países subdesenvolvidos, entre os quais a falta de poupança é chave. O que sugere que o problema esteja apenas do lado da oferta, mas rejeita (quem?) essa ideia. O lado da demanda também é fundamental porque, de acordo com o princípio formulado por James D. Duesenberry (1949), o ‘efeito demonstração’, as populações dos países subdesenvolvidos tendem a copiar, sem ter capacidade para isto, os níveis de consumo dos países ricos, resultando daí um excesso de consumo e um baixa taxa de poupança. Neste ponto nós vemos como Nurkse influenciou Celso Furtado. Conforme Pinkusfeld Bastos e Rodas Oliveira (2020: 17) observaram, “Furtado subscreve a tese de que a adoção de padrões de consumo mais sofisticado por parte da

parcela maior da população pode reduzir a poupança da economia”. De fato, a tendência da população brasileira de copiar os padrões de consumo do Norte rico está presente em toda a obra de Furtado, e até 1990 o Estado no Brasil adotava a política de desestimular o consumo conspícuo através de impostos sobre as importações de bens de consumo e sobre o consumo de bens produzidos no Brasil.

Para Nurkse, é fundamental, também, a necessidade de um desenvolvimento equilibrado nos termos colocados por Rosestein-Rodan. Ao elaborar esse argumento em seu livro e em artigo de 1958 publicado no livro clássico editado por Agarwala e Singh (que reúne todos os pioneiros da teoria do desenvolvimento), ele pensa como tornar possível que um conjunto de investimentos sincronizados tornem lucrativos os investimentos na indústria manufatureira. Embora sua visão do desenvolvimento seja uma visão de oferta e se concentre no problema da falta de poupança, Nurkse entende que o principal problema enfrentado é a falta de mercado interno que estimule o ‘investimento intensivo’, ou seja, o aumento do capital per capita. Nurkse, portanto, como os demais economistas desenvolvimentistas, rejeita a lei de Say, mas isto não quer dizer que aceite a teoria keynesiana na sua forma mais simples, de acordo com a qual é a demanda efetiva que cria a oferta. Nurkse não é claro nesse ponto, mas a solução que a TND encontraria para o problema seria afirmar que no curto prazo, para enfrentar uma recessão, o país deve estimular a demanda conforme ensina a teoria keynesiana, mas no longo prazo é preciso estimular a poupança para que haja recursos para o investimento.²

Quarto, Arthur Lewis voltou aos economistas políticos clássicos para desenvolver um modelo de crescimento dos países pobres nos quais, ao contrário do que ocorre nos países já industrializados, os salários permanecem rebaixados durante o processo de industrialização porque há nesses países uma oferta ilimitada de trabalho que impede que os salários aumentem. Ele está, assim, voltando a Marx (o maior dos economistas políticos clássicos), a seu conceito de exército industrial de reserva que foi rejeitado pela teoria econômica neoclássica. Dada a oferta ilimitada de trabalho, a principal restrição que os países em desenvolvimento enfrentam está na oferta, na falta

de poupança ou de capitais, como já afirmava Nurkse, não na falta de demanda, como keynesianos populistas afirmam.

Quinto, voltando a Raúl Prebisch, ele desenvolveu o conceito de restrição externa – um fator que torna mais difícil ou oneroso o desenvolvimento econômico dos países que produzem bens primários. A restrição externa deriva do fato que esses países têm uma elasticidade-renda na importação de bens manufaturados maior do que um, enquanto a elasticidade-renda dos países industriais na importação de bens primários ou commodities é menor do que um. As duas elasticidades são, portanto, perversas para os países exportadores de commodities.

Dada a restrição externa, economistas como Chenery e Bruno (1962) propuseram o modelo dos dois hiatos (o hiato de poupança e o hiato de recursos externos) no qual a falta de poupança deveria ser suprida com a adoção da política de crescimento com poupança externa, que a TND critica duramente como veremos adiante. Prebisch deu importância à restrição externa não para justificar endividamento externo, mas porque ela é um argumento a mais a favor da industrialização, porque só esta poderá, no longo prazo, resolver o problema das duas elasticidades perversas.³ Mais recentemente argumentei que a consequência não discutida na literatura sobre a restrição externa é obrigar que a taxa de câmbio seja mais depreciada do que seria se a restrição não existisse. O que representa um custo para esses países na medida em que seus trabalhadores precisam trabalhar mais para conseguir ganhar uma mesma quantidade de moeda forte por suas exportações. Segundo, a restrição externa é uma fonte estrutural de vulnerabilidade porque os países sofrem de ‘escassez de dólares’. Isto não é uma fatalidade, não é estrutural, mas deriva de esses países não deixarem que a taxa de câmbio se desvalorize, preferindo incorrer em déficits na conta corrente não obstante esses déficits implicarem o aumento da dívida externa e o risco de crises de balanço de pagamentos. Antes disto, porém, o endividamento externo aprecia a taxa de câmbio e leva as empresas a perderem competitividade monetária.⁴

Estava claro que, para a TDC, o país não podia deixar que a taxa de câmbio fosse determinada pelo mercado de divisas, porque toda vez que os preços das commodities exportadas pelo país aumentassem, a taxa de câmbio se apreciaria e a industrialização se inviabilizaria. Nesses momentos, a depreciação forçada da moeda nacional também não resolveria, porque as entradas de divisas originadas da exportação de commodities faria que a taxa de câmbio voltasse a se apreciar. Por isso, Prebisch optou pelo uso de tarifas de importação e licenças de importação, dando origem ao modelo de industrialização por substituição de importações. Estabelecia-se assim uma taxa de câmbio ‘dupla’ – uma para as commodities, a outra para a indústria – , na verdade, múltipla porque cada nível de tarifa correspondia a uma taxa de câmbio. Esse modelo foi muito bem-sucedido e permitiu que vários países, entre os quais o Brasil, realizassem sua revolução industrial e capitalista.

O modelo de industrialização era também anti-imperialista, ainda que o imperialismo não aparecesse nos textos dos economistas da CEPAL. Nas Nações Unidas não existe imperialismo. Prebisch, porém, encontrou uma solução para o problema com a oposição entre ‘centro e periferia’. O centro é o império que busca impedir a industrialização dos países da periferia do capitalismo, visando com isso manter a troca desigual e evitar concorrência futura. Sua estratégia era e é convencer que o liberalismo econômico é a forma mais racional de organizar o capitalismo – aquela que garante a estabilidade e o desenvolvimento econômico. Por isso, os economistas desenvolvimentistas da periferia desenvolveram uma bateria de argumentos, os principais já tendo sido enumerados acima, para mostrar que que o liberalismo econômico ao invés de promover o desenvolvimento, impedia que este acontecesse.

Havia também a teoria estruturalista da inflação de Juan F. Noyola (1956) que afirmava serem os estrangulamento estruturais na oferta (o fato desta não responder às mudanças de preços) que causava a inflação. Os estrangulamentos resultavam do caráter dual (tradicional v. moderno) das economias subdesenvolvidas. Essa explicação teve alguma validade enquanto os mercados dessas economias eram pouco estruturados, mas há muito tempo deixou de ser significativa. Na

verdade essa escola não tinha uma teoria macroeconômica. Seus economistas usavam a teoria Keynesiana, pouco ou nada acrescentando a ela. Apenas Ignácio Rangel, um notável economista que era, porém, marginal em relação ao desenvolvimentismo clássico, ofereceu uma contribuição macroeconômica significativa em seu livro de 1963, *A Inflação Brasileira*, no qual mostrou que no longo prazo a inflação era um sistema de defesa de economias frágeis como a brasileira, aumentando nos momentos de crise e caindo nos momentos de expansão.

A forma prática que assumiu a estratégia nacional-desenvolvimentista entre os anos 1950 e meados dos anos 1980 foi o modelo de substituição de importações, apoiado na TDC, que foi a teoria econômica dominante na América Latina das décadas de 1940 a 1970. Partindo do pressuposto de que crescimento significa industrialização, envolveu o estabelecimento de altas tarifas de importação sobre produtos manufaturados que eram justificadas pelo argumento da indústria nascente. Dados os limites dos mercados domésticos e as grandes economias de escala das empresas comercializáveis produtivamente sofisticadas ('industrialização' em sentido amplo), o escopo da estratégia de substituição de importações é pequeno mesmo para países grandes como o Brasil.⁵

Os economistas desenvolvimentistas só consideraram a alternativa de exportar produtos manufaturados nos anos 1970, a partir da experiência exitosa do Brasil, a partir de 1969, de estimular suas exportações através de subsídios, da mesma forma que estimulavam a produção para o mercado interno com tarifas de importação. Não sabiam o que era a doença holandesa mas, intuitivamente e pragmaticamente, a neutralizavam dessas duas maneiras. O argumento de que dispunham para legitimar as tarifas e subsídios era o da indústria infante, mas depois de algum tempo o setor industrial se torna maduro e o argumento perde validade. Continuaram, porém, a manter a política, mas sem um bom argumento. Isto tornou a política de industrialização por substituição de importações vulnerável ao ataque dos economistas liberais, que a julgavam 'protecionista' e davam a essa expressão um sentido pejorativo. Em 1970, quando a CEPAL adota a teoria da dependência associada, a TND sofre um

primeiro revés. Sua teoria anti-imperialista de centro-periferia era abandonada pela principal organização internacional que lhe dava sustento. A crise final acontece nos anos 1980, com a grande crise da dívida externa e a Virada Neoliberal no Norte global. Ao mesmo tempo, a produção de economistas desenvolvimentistas clássicos, como Celso Furtado, continuou a oferecer contribuições nas duas décadas posteriores. Desde os anos 1990, a CEPAL centrou sua atenção no crescimento com equidade, e desde os anos 2010, no problema do aquecimento global, mas muito distantes das teses centrais da TDC. Surgiram também distintos economistas neoschumpeterianos, igualmente distantes daquelas ideias. Hoje, entre os poucos economistas que vem contribuindo para a TDC, um deles é Carlos Medeiros.⁶

Intermezzo e surge a TND

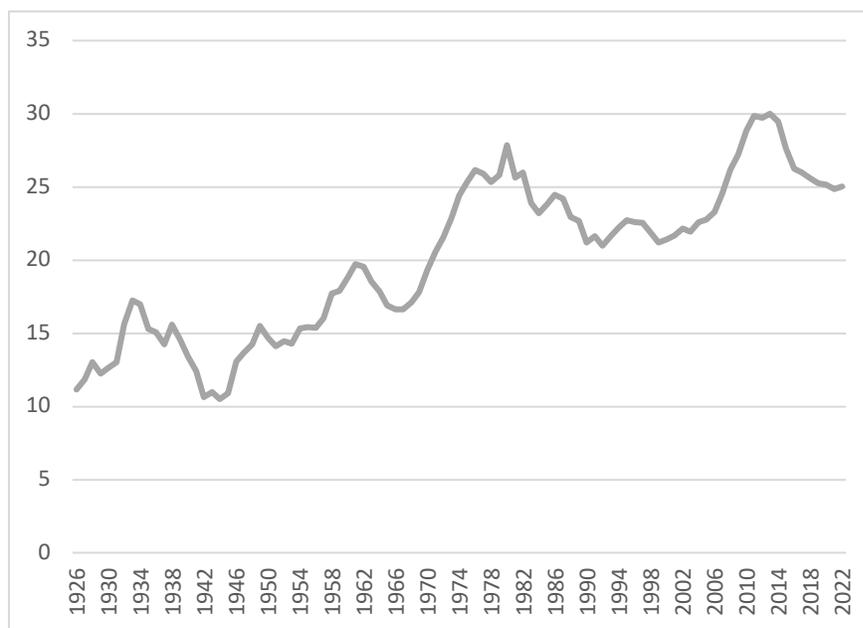
O novo desenvolvimentismo e a TDC entraram em crise nos anos 1980 por duas causas convergentes: a grande crise da dívida externa que atingiu especialmente os países da América Latina e a Virada Neoliberal no Norte que tornaram os Estados Unidos agressivos ao passar a exigir que os países periféricos abrissem suas economias.

A crise da dívida externa teve um efeito dramático sobre toda a região. As economias latino-americanas, que entraram imediatamente em crise de balanço de pagamentos, foram obrigadas a fazer um grande ajuste fiscal enquanto as moedas nacionais se desvalorizaram de forma violenta. A moratória em que estavam não deixavam alternativa. A desvalorização cambial ajudava a indústria a se tornar competitiva, mas inutilmente porque a demanda interna de todos os países diminuiu.

O golpe final, no caso do Brasil, aconteceu em 1990, quando o governo brasileiro, depois de 50 anos de relativa independência, se submeteu ao Império e abriu sua economia, fez a abertura comercial e a financeira. Nos demais países, o mesmo aconteceu em torno dessa data, o México encabeçando o retorno à condição de dependência do mundo rico. O Império, valendo-se do seu soft-power, usou como

instrumento de dominação o liberalismo econômico. Desprezou toda a argumentação da TDC, afirmou que os países estavam sendo vítimas do ‘protecionismo’, e garantiu que o liberalismo econômico era mais condizente com o desenvolvimento da região do que o desenvolvimentismo. O resultado foi que a partir de 1990, a estagnação dos anos 1980 se transformou em quase-estagnação – na incapacidade dos países de fazer o catching up – no aumento da diferença da sua renda per capita em relação à dos Estados Unidos. O Gráfico 1, relativo ao Brasil, mostra que hoje seu PIB per capita é menor do que era em 1980.

Gráfico 1: Distância relativa do PIB per capita do Brasil em relação aos Estados Unidos (%) – preços de 2011



Source: Maddison Project Database (MPD) 2023.

Podemos também ver nesse gráfico como, entre 1926 e 1980, o catching up do Brasil em relação aos Estados Unidos foi notável. Enquanto a renda per capita dos brasileiros era cerca de 11% da dos americanos em 1926, alcançou 28% em 1980. Depois disso, houve um grande retrocesso que vai até 2000, quando essa percentagem chega a 21%. A partir de 2004 temos nova retomada – a associada ao boom de commodities – mas já a partir de 2015 começa novo retrocesso.

Que fatos históricos novos explicam a quase-estagnação da economia brasileira a partir de 1990, depois de um crescimento tão acelerado como foi o de 1926 a 1980? Como tenho argumentado, foram duas as causas ou fatos históricos novos: a queda da poupança pública ocorrida em torno de 1980 e a abertura comercial e financeira.

Comparando a década de 1970 (a última em que o crescimento da economia brasileira foi satisfatório) com o que se seguiu nos 35 anos a partir de 1990, a queda radical da poupança pública foi de cerca de 6 pontos percentuais. Enquanto nos anos 1970, ela girava em torno de 4% do PIB, a partir de 1980 até agora passou a ser negativa, em torno de -2% do PIB. Em consequência, o investimento público que, naquela década, era de cerca de 8%, caiu para 2% do PIB. Isto aconteceu porque o equivocado endividamento externo incorrido pelos militares nos anos 1970 levou o Brasil à quebra em 1980, ao mesmo tempo que as empresas estatais que eram responsáveis por boa parte da poupança pública foram usadas duplamente: para o país se endividar em dólares e para controlar a inflação através do rebaixamento de seus preços. Dessa forma, seu lucro e, portanto, sua poupança desapareceram.

A segunda causa foi a abertura comercial e financeira do Brasil em 1990. A abertura comercial – a redução da tarifa média de importações de bens manufaturados de 45% para 12% – foi mortal para a indústria de transformação. A desindustrialização que se seguiu foi brutal, como podemos ver pelo Gráfico 2. Isto ocorreu não porque a indústria brasileira era particularmente ineficiente e entrou em colapso quando a proteção tarifária foi suspensa, como pode parecer. A indústria de transformação brasileira naquela época era razoavelmente capaz e suas exportações correspondiam a mais de 60% de suas exportações totais. Pelo menos a metade dos 45% de tarifas não se justificavam pelo argumento da indústria infante, mas pelo argumento da neutralização da doença holandesa. Os policymakers não sabiam o que era a doença holandesa, mas intuitiva e pragmaticamente usavam tarifas aduaneiras que, ao valorizar a moeda nacional em relação aos bens manufaturados, correspondia a uma desvalorização específica para cada um que era beneficiado pela

tarifa. Os subsídios à exportação de bens manufaturados tinham os mesmos resultados. Quando estes foram reduzidos a zero e as tarifas, radicalmente baixadas, as empresas industriais no Brasil passaram a enfrentar uma grande desvantagem competitiva e a desindustrialização e consequente quase-estagnação foram inevitáveis.

Cerca de dez anos depois, em 1999, eu me dei conta da quase-estagnação da economia brasileira que, então, já durava 20 anos, e eu escrevi um paper assinalando este fato.⁷ E comecei então a me perguntar por que isto estava acontecendo. Porque nem a teoria desenvolvimentista clássica nem a teoria pós-keynesiana – as duas escolas de pensamento heterodoxas nas quais me formara tinham condições para explicar essa quase-estagnação. Eu já sabia que havia problema da drástica queda da poupança pública – algo que eu já assinalava nos anos 1980 quando eu definia a ‘crise fiscal do Estado’.⁸ Porém, eu só comecei a construir a TND alguns anos depois, quando ficou claro para mim que o segundo fato histórico novo que determinara a quase-estagnação fora a elevação da taxa de juros real em 1992, e o terceiro fato histórico novo, a sobreapreciação crônica e cíclica que ocorre nos países exportadores de commodities. Escrevi, então, dois papers com Yoshiaki Nakano que considero terem sido fundadores da TND.⁹ E entendo como tendo sido pré-fundadores os papers que escrevi com Nakano sobre a teoria da inflação inercial no início dos anos 1980.¹⁰

A teoria novo-desenvolvimentista que surge no início dos anos 2000 *não* é uma alternativa à TDC mas um complemento. A TND foi baseada na teoria clássica e incorpora todas as suas contribuições, que enumerei acima. Denominei essa teoria ‘novo desenvolvimentismo’ ou ‘teoria novo-desenvolvimentista’, mas poderia tê-la chamado ‘teoria desenvolvimentista estendida’. Em 2006 dei à teoria seu caráter histórico ao vê-la como uma resposta à quase-estagnação.¹¹ Era a economia política da TND que surgia ao lado da teoria econômica. Finalmente, creio que ainda deve ser considerado fundador o paper de 2008, no qual desenvolvi meu modelo de doença holandesa.¹² A TND ganhava, assim, corpo, e continua ganhando até

hoje, ainda que seu momento de maior desenvolvimento tenha ocorrido entre 2008 e 2014, enquanto o período áureo da teoria desenvolvimentista clássica tenham sido os anos 1950 e 1960.

Compararei as duas teorias listando agora os principais elementos novos que o TND introduziu – elementos que não existiam na TDC – e farei uma poucas críticas a ela. As duas teorias são complementares, mas isto não impede alguma discordância.

Contribuições da teoria econômica novo-desenvolvimentista

A contribuição mais geral da TND é haver dotado a teoria desenvolvimentista de uma macroeconomia, mais precisamente, uma macroeconomia do desenvolvimento.¹³ A TDC não tinha uma macroeconomia própria. Limitava-se a usar a teoria pós-keynesiana que é, essencialmente, uma macroeconomia de curto prazo. Com seu foco na taxa de lucro, na taxa de juros, na taxa de câmbio e na taxa de poupança e de investimento, o novo desenvolvimentismo se torna uma macroeconomia do desenvolvimento. Já em 2007 eu publico um livro, *A Macroeconomia da Quase-estagnação* – um livro que discute o desenvolvimento do Brasil mas tem no seu título ‘quase-estagnação’. Nos anos subsequentes a teoria econômica continuou a ser desenvolvida passo a passo. Uma ideia que logo se afirmou é a de que a macroeconomia, além de trabalhar com agregados econômicos conforme a tradição keynesiana, pode e deve trabalhar com os cinco preços – a taxa de juros, a taxa de câmbio, a taxa salarial, a taxa de lucro e a taxa de inflação – que devem ser mantidos corretos (right), o que o mercado definitivamente não garante. Um economista americano desavisado, cujo nome não vale a pena mencionar, entendeu o ‘right’ no sentido neoclássico, e concluiu que no a TND é ‘neoliberal’! Tolice. Os preços macroeconômicos certos foram essenciais para o desenvolvimento e catching up dos países do Leste Asiático, e isto só é possível conseguir com uma política macroeconômica competente.

Antes disso, no início dos anos 1980, Yoshiaki Nakano e eu fomos os primeiros a formular um modelo completo da teoria da inflação

inercial, com um paper que tem no seu título o próprio modelo – “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação” (1983), respectivamente os choques de demanda ou de oferta, a indexação formal ou informal, e o aumento da quantidade nominal de moeda para manter a quantidade real estável.¹⁴

Acrescento em seguida, mais ou menos pela ordem em que foram formuladas, as principais contribuições da teoria novo-desenvolvimentista. Para cada contribuição eu associarei uma referência; todas elas estão discutidas em meu último livro *Novo Desenvolvimentismo – Introduzindo uma nova teoria econômica e economia política* (2024a).

Primeiro, a crítica da política de crescimento com déficit na conta corrente ou, em outras palavras, a tese que as entradas de capital antes impedem do que contribuem para o crescimento do país quando servem de financiamento para esses déficits. Na verdade, são os déficits na conta corrente (a ‘poupança externa’) que são criticáveis, porque eles implicam necessariamente em apreciação da taxa de câmbio, na medida que implicam entradas líquidas de capitais, ou seja, um saldo de entradas de capitais maiores do que as saídas – entradas líquidas de capitais, portanto. Os déficits são justificados pelo Império e sua ortodoxia liberal com a tese de que os países pobres em capitais devem obter capitais dos países ricos em capitais. Tese que seria correta se houvesse equilíbrio na conta corrente – exatamente o que o Norte Global não quer. E há também economistas estruturalistas clássicos ingênuos que usam a tese da restrição externa para considerar ‘estruturais’ os déficits em conta corrente. De qualquer maneira, as entradas líquidas de capitais são reais – são poupança externa – mas esta não se adiciona à poupança interna, mas a substitue na medida que a apreciação da moeda causa o aumento artificial do consumo interno.¹⁵

A segunda foi a comprovação da hipótese básica que orientou a TND desde o começo: a hipótese que a taxa de câmbio é determinante do crescimento dos países exportadores de commodities. Já havia anteriormente uma pesquisa nesse sentido, a segunda pesquisa

comprovando nossa hipótese foi realizada pelo meu orientado de doutoramento, Paulo Gala (2006).

A terceira contribuição da TND foi o modelo da doença holandesa que, nos países exportadores de commodities, dá origem a dois equilíbrios cambiais: o equilíbrio corrente ou geral, que equilibra a conta corrente do país, e o ‘equilíbrio industrial’, que equilibra a taxa de câmbio específica para a indústria, ou, mais ampla e precisamente, que equilibra os bens tradable (comercializáveis internacionalmente) sofisticados, dotados de alto valor adicionado per capita. A doença holandesa é assim definida como a apreciação que ocorre para a ‘produção sofisticada’ (expressão que passarei a usar em lugar de ‘indústria’ ou ‘indústria de transformação’). Quando há um aumento cíclico no preços das commodities exportadas pelo país, a taxa de câmbio se aprecia mantendo-se, porém, satisfatória para as próprias commodities, mas se tornando apreciada para a produção sofisticada mesmo que ela utilize a melhor tecnologia disponível no mundo.¹⁶ Há duas formas de neutralizar a doença holandesa: um imposto variável de exportação sobre as commodities ou uma reforma tarifária que estabeleça uma ‘tarifa de neutralização única da doença holandesa’ igualmente variável –de acordo com a variação do preços das commodities exportadas.¹⁷

A quarta novidade trazida pela TND foi a definição da ‘armadilha do juro alto e do câmbio apreciado’, que introduzi em meu livro de 2007 já citado. A taxa de juros era uma das causas da taxa de câmbio baixa (dólar baixo). Em 2019, Eliane C. Araújo, Samuel C. Peres e eu demonstramos que essa armadilha também podia ser chamada de ‘armadilha da liberalização’, porque foi a liberalização comercial que acabou com a neutralização da doença holandesa e fez a taxa de câmbio se apreciar para a produção sofisticada, e foi a abertura financeira que permitiu que a taxa de juros fosse elevada no longo prazo.¹⁸

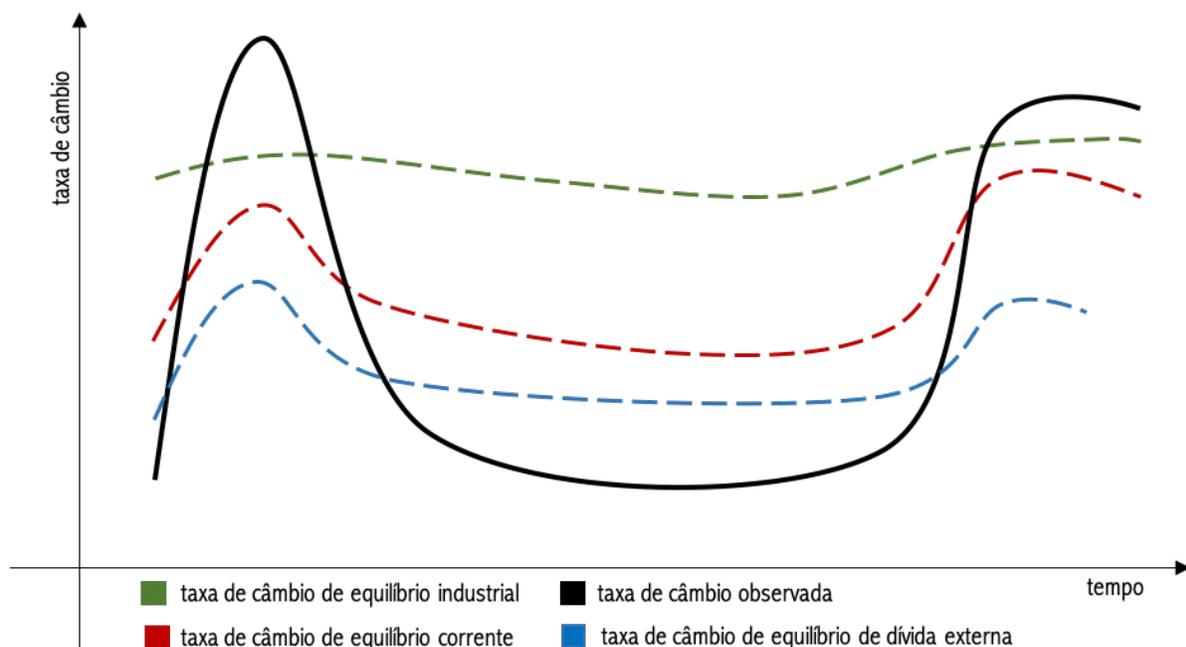
A quinta adição à teoria econômica desenvolvimentista foi a tese que as crises financeiras não são devidas apenas a déficits públicos irresponsáveis, como sugere a teoria convencional, mas obviamente

derivam de uma apreciação da taxa de câmbio e da acumulação de déficits na conta corrente.¹⁹

Esta tese seria completada em 2014 com a adição de um terceiro equilíbrio cambial – o equilíbrio de dívida externa, que corresponde ao ‘equilíbrio fundamental’ de John Williamson, o ponto em que a taxa de câmbio corresponde a um déficit na conta corrente que cresce no máximo à mesma taxa do crescimento do PIB, de forma que não há aumento da relação dívida externa/PIB e, portanto, não há risco de crise de balanço de pagamentos.²⁰

A sexta contribuição da TND refere-se ao ciclo cambial ou à tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, que deriva principalmente do caráter cíclico do preço das commodities. Este ciclo está descrito na conhecida Figura 1, que mostra também os três equilíbrios. O ciclo começa com uma crise financeira na qual a taxa de câmbio se deprecia violentamente; em seguida, a taxa de câmbio começa a se apreciar, cruza o equilíbrio industrial (que não é cíclico), cruza o equilíbrio corrente (que é cíclico porque inclui as commodities) e o país passa a ter déficit na conta corrente, e cruza finalmente o equilíbrio de dívida externa, e o déficit na conta corrente se torna insustentável. Permanece nesse ponto por alguns anos enquanto a dívida externa cresce perigosamente. E afinal os credores externos perdem a confiança no país e temos outra crise financeira, que pode ser grave, uma crise de balanço de pagamentos como foi no Brasil em 2002, ou pode ser mais amena como foi em 2014 porque o país contava com amplas reservas. Fecha-se assim o ciclo.²¹

Figura 1: Ciclo cambial e os três equilíbrios



De acordo com um estudo realizado pelo Centro do Novo Desenvolvimentismo/EAESP/FGV, foi possível ver claramente o ciclo cambial observado no Brasil entre 2005 e 2023. Nele o equilíbrio industrial calculado é a base igual a zero, e a taxa de câmbio observada flutua de maneira cíclica.

A sétima inovação trazida pela TND foi a do ‘acesso à demanda’, ou seja, do entendimento da taxa de câmbio como um interruptor de luz que conecta ou desconecta as empresas capazes de sua demanda.²²

A oitava contribuição do TND foi explicar por que a taxa de câmbio é ou pode ser determinante do desenvolvimento econômico. As pesquisas definindo essa relação causal estavam se acumulando mas não havia uma teoria explicativa para o fato. Em 2012 eu cheguei a essa explicação. A taxa de câmbio tem esse papel causal quando ela não é simplesmente volátil – quando ela tende a ser sobreapreciada como geralmente acontece nos países em desenvolvimento que incorrem recorrentemente em déficits na conta corrente. Assim, a taxa de câmbio desestimula o investimento e deprime o crescimento enquanto o déficit na conta corrente for mantido. E o inverso pode

acontecer, como vimos na China e na Alemanha, em que o país apresentava recorrentemente um superavit em conta corrente. Em 2015 e 2019, eu acrescentei que tanto os déficits quanto os superávits só podiam ser resultado de uma *política* de déficit em conta corrente; não fosse ela, o mercado puxaria a taxa de câmbio para o equilíbrio corrente. Uma política que, no Brasil por exemplo, jamais é afirmada, mas é evidente que quase todos estão satisfeitos com ela desde que o déficit seja limitado e financiado preferivelmente por investimentos diretos. Dessa maneira, o país não cresce porque a taxa de câmbio apreciada desestimula o investimento e estimula o consumo, o país se endivida, e suas remessas de lucros, dividendos e royalties cresce.²³

A nona contribuição da TND foi a definição do método de cálculo do equilíbrio industrial, usando para isso o custo unitário do trabalho comparado e uma base na qual se supôs que a doença holandesa estava zerada, ou seja, o equilíbrio industrial correspondia ao equilíbrio corrente. Nelson Marconi assinou a versão original. André Nassif, Feijó e Araujo, e Francisco Eduardo Pires de Souza desenvolveram métodos diferentes.²⁴

A décima inovação da TND foi o conceito de *valor* da taxa de câmbio ou da moeda estrangeira. Da mesma forma que as mercadorias têm um valor em torno do qual seu preço oscila de acordo com a oferta e a procura, o preço da moeda estrangeira flutua em torno do seu valor de acordo com a oferta de importações e a procura por exportações – valor esse definido pelo custo unitário de produção do país, que pode ser comparado com os unitários dos demais países reunidos em uma cesta de moedas.²⁵

A décima-primeira contribuição foi o modelo de determinação da taxa de câmbio. Em 2016, na edição brasileira de *Macroeconomia Desenvolvimentista*, Marconi, Oreiro e eu conseguimos definir razoavelmente o modelo de determinação da taxa de câmbio da TND, no qual o componente estrutural dessa determinação é o valor da moeda estrangeira, que substitui a taxa de câmbio definida pela purchasing power parity. Uma segunda e uma terceira variável determinante da taxa de câmbio são a taxa de juros diferencial em relação aos demais países e as relações de troca, que estão em todos

os modelos, e uma quarta variável é própria da TND – a política de déficit em conta corrente ou de superavit em conta corrente que o país adota. Esta teoria só seria completada em 2024a, quando Feijó, Araujo e eu publicamos “The determination of the exchange rate. A new-developmental approach.”²⁶

A décima-segunda e última contribuição à teoria econômica novo-desenvolvimentista foi o conceito de ‘doença holandesa estendida’. Ao invés de se medir a doença holandesa como a diferença entre o equilíbrio industrial e o equilíbrio corrente, propus que fosse medida entre o equilíbrio industrial e o equilíbrio da dívida externa, já que os países em desenvolvimento exportadores de commodities entendem como correto o equilíbrio de dívida externa.²⁷

Contribuições da economia política novo-desenvolvimentista

Além de ser uma teoria econômica, a TND é uma economia política. É, portanto, uma teoria em que a economia e a política estão integradas, como, aliás, isto já acontecia para a TDC. As relações puramente econômicas não acontecem no vácuo, mas em uma sociedade, em uma sociedade civil e uma nação e as respectivas classes sociais que a sociologia estuda, e em um sistema político no qual a revolução nacional e industrial (a revolução capitalista) dá origem à formação do estado-nação soberano constituído de uma nação, um Estado e um território, no qual as coalizões de classe desempenham um papel central. Isto tudo acontece no quadro de uma Revolução Capitalista que, em termos gerais, acontece a partir da Europa, entre os séculos XVII e XIX, dando origem aos países ricos do início do século XX e, em termos de cada país, essa revolução capitalista (neste caso escrita com letras minúsculas) ou nacional e industrial, é a mudança fundamental que dá início ao desenvolvimento desse país.

Eu escrevi meu último livro, *The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism* (2025), para compreender a economia política da TND a partir da análise do desenvolvimento do mundo rico desde o final do século XIX. Em meu livro anterior, *Novo Desenvolvimentismo* –

Introduzindo uma nova teoria econômica e economia política – eu discuti a economia política da TND nos quatro primeiros capítulos. Esse tema é, portanto, muito amplo e complexo. Neste trabalho, vou discutir brevemente apenas uns dois ou três pontos.

Primeiro, a questão da nação, do imperialismo e do anti-imperialismo. O imperialismo – a tese de que o Norte Global liderado desde o início do século XX pelos Estados Unidos busca impedir que os países periféricos se industrializem e se desenvolvam – já está presente na TDC, na oposição entre centro e periferia. As duas razões para isto (o objetivo clássico do imperialismo de, no plano das relações comerciais, manter permanente a troca desigual e, no plano dos fluxos de capital, levar os países periféricos a aceitar a exportação de capitais para eles) tornam-se mais claros na TND. O instrumento do Império para alcançar esse objetivo, além das pressões de todos os tipos, é usar sua hegemonia ideológica para impor na periferia o liberalismo econômico.

Serão os países subdesenvolvidos capazes de realizar sua revolução capitalista? A atitude supostamente anti-imperialista de suas elites industriais e políticas leva tanto na TDC como na TND a responder afirmativamente a essa questão. Mas nem sempre essa perspectiva está presente. As elites industriais na periferia do capitalismo, submetidas a hegemonia ideológica do Norte Global, são ambíguas e contraditórias. Em certos momentos são nacionalistas, em outras, entreguistas ou dependentes. Este fato deu origem à ‘teoria da dependência’ – uma interpretação geralmente mal-entendida porque confundida com a perspectiva anti-imperialista. Na verdade, essa teoria tem duas versões que têm em comum o postulado da permanente dependência das elites. Uma versão, porém, de caráter marxista, que teve em Andre Gunder Frank seu principal representante, e outra, liberal, que teve Fernando Henrique Cardoso como seu principal nome. Ambas partindo da inevitável dependência, a primeira afirma que a revolução capitalista é impossível e a solução é a revolução socialista, a segunda, mais ‘realista’, garante que essa revolução é possível desde que os países em desenvolvimento ‘se associem’ ao Norte Global, ou seja, se submetam a eles.²⁸

Segundo, o conceito de Estado desenvolvimentista – o Estado que está apoiado por uma coalizão de classes desenvolvimentista formada, em princípio, por empresários industriais, burocracia pública e os trabalhadores organizados que rejeita o liberalismo econômico e adota uma estratégia desenvolvimentista. Essa forma de Estado já estava subentendida na TDC mas a expressão ‘estado desenvolvimentista’ não era usada. Em 1982, porém, Chalmers Johnson, estudando a política de desenvolvimento do Japão, usou essa expressão que, assim, ganhou foro internacional. E a TND passou a usar esse conceito habitualmente. Desenvolvi-o especialmente em um trabalho sobre modelos de Estado desenvolvimentista e outro sobre as teorias de Estado.²⁹

Terceiro, a TND usa o conceito de populismo econômico – um conceito diferente do populismo político. Enquanto este se caracteriza pela existência de um líder carismático que estabelece uma relação direta com o povo e tem um caráter nacionalista, o populismo econômico ocorre quando ou o Estado gasta mais do que arrecada irresponsavelmente e temos o populismo fiscal, ou o estados-nação incorre em déficits na conta corrente e temos o populismo cambial. Ambos são interrelacionados, mas o segundo é mais perigoso porque sempre implica valorização artificial da moeda nacional e pode levar o país a crise de balanço de pagamentos. Enquanto a ortodoxia liberal fala apenas em populismo fiscal, a ênfase da política econômica novo-desenvolvimentista é colocada no populismo cambial. Tanto o populismo fiscal quanto o cambial têm também um caráter político porque aumentam o poder aquisitivo dos assalariados e dos rentistas e ajudam o líder populista a ser reeleito. Eu tratei inicialmente desse tema em 1991, em livro que organizei sobre o populismo econômico e depois em vários trabalhos.³⁰

Quarto, é importante na economia política da TND o conceito de duas formas alternativas de coordenação das economias capitalistas. Ou a forma é desenvolvimentista ou é liberal. Esta ideia, quando definida, parece ser óbvia, mas eu tive dificuldade de chegar a ela porque, quando eu me perguntei qual era a forma alternativa de coordenação do capitalismo ao liberalismo econômico, verifiquei que não havia

uma palavra para isso. A coisa mais próxima era ‘economia mista’, mas esta é uma expressão estranha, desajeitada – mista do que com o que? Decidi, então, passar a usar ‘desenvolvimentismo’, e opor a ‘forma liberal’ à ‘forma desenvolvimentista’. A qual, aliás, é a forma ‘default’ de coordenação econômica, porque todos os países foram primeiro desenvolvimentistas para depois serem, em diversos graus e com indas e vindas, liberais. Esta distinção é importante porque em determinados momentos os países podem ser ou desenvolvimentistas ou liberais, e o mesmo se aplica às fases do capitalismo. Por exemplo, em todos os países as revoluções industriais aconteceram no quadro da forma desenvolvimentista. Outro exemplo: em 1980, houve no mundo rico a Virada Neoliberal; desde 2017 vem se configurando principalmente nos Estados Unidos uma Virada Desenvolvimentista.³¹

Finalmente, em 2024 eu escrevi um breve ensaio, “A economia política do círculo vicioso da quase-estagnação”, no qual eu procurei mostrar como os principais atores da quase-estagnação brasileira (a coalizão financeiro-rentista, o agronegócio, as empresas industriais, o povo consumidor, os governos executivos e o Congresso), presos ao populismo econômico, não se dispõem a fazer algum sacrifício para aumentar a poupança pública e, assim, o investimento público, nem a assegurar uma taxa de câmbio competitiva que garanta à sofisticação produtiva comercializável uma taxa de lucro suficiente para motivá-las a aumentar a taxa de investimento privado.³²

Aplicações práticas

Tanto a TDC quanto a TND tiveram aplicações práticas. As da primeira foram muito grandes na medida em que ela justificava todas as políticas desenvolvimentistas que foram fundamentais para os países que lograram realizar sua revolução nacional e industrial ou, em uma expressão, sua revolução capitalista. Mas é preciso não exagerar sua influência porque a prática desenvolvimentista data do mercantilismo e esteve presente em todas as revoluções industriais antes que surgisse a TDC e inspirou os nacional-desenvolvimentistas.

Já no caso dos países em desenvolvimento que foram bem-sucedidos a partir dos anos 1940, a importância dessa teoria é inegável.

Em relação às aplicações práticas da TND, vou citar brevemente três. A primeira é a da explicação da quase-estagnação de muitos países em desenvolvimento. Foi em busca desta explicação que a teoria surgiu. Desde o início do desenvolvimento da TND ficou claro que o problema era o da armadilha da taxa de juros e da taxa de câmbio, que mais tarde foi também definida como a armadilha da liberalização comercial e financeira. Infelizmente os países vitimados por essa armadilha até hoje não escaparam dela.³³

A segunda aplicação prática referiu-se a uma crise nos países desenvolvidos, a Crise do Euro de 2010 e 2020. Em uma série de artigos escritos em cima da hora para a Folha de S. Paulo e depois reunidos em um arquivo disponível em meu site e, depois, em um paper com Pedro Rossi, argumentamos que essa era uma crise de dívida externa, uma crise cambial externa, não relativa à taxa de câmbio nominal ou a real, mas relativa à ‘taxa de câmbio interna’ – aquela que pode ser deduzida da diferença de aumento de produtividade e de preço dos salários em um conjunto de países – naquele caso, nos países da Zona do Euro.³⁴

A terceira aplicação prática relevante foi a explicação da divergência entre os países do Leste da Ásia e os países latino-americanos a partir dos anos 1980. Até o início dessa década, o desenvolvimento das duas regiões era semelhante; a partir de então a diferença se tornou gritante. Duas causas principais explicam esse fato. Primeiro, os países do Leste da Ásia não são exportadores de commodities e portanto não têm o problema da doença holandesa; por isso, quando abriram suas economias, não deixaram de neutralizar essa desvantagem competitiva maior. Segundo, porque abriram suas economias mais lentamente, conservando sempre seu controle sobre a taxa de câmbio. Ou quase sempre porque os países que afrouxaram essa administração da taxa de câmbio caíram na grande crise do Leste e Sudeste da Ásia de 1977.³⁵

Em suma, a teoria desenvolvimentista estruturalista clássica e a teoria novo-desenvolvimentista são teorias complementares. Tratam do mesmo tema, o desenvolvimento econômico da periferia do capitalismo, usam o mesmo método histórico-estrutural. Elas não competem, inclusive porque se sucederam no tempo. Uma é uma teoria de países que estavam iniciando sua industrialização, nos anos 1950, a outra é uma macroeconomia do desenvolvimento voltada para países de renda média.

Referências

- Bastos, Carlos Pinkusfeld e Bruno Rodas Oliveira (2021) “Políticas econômicas, teorias e contextos locais”, in Victor Leonardo de Araujo e Fernando Augusto Mansur de Mattos, eds. (2021) *A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma*, São Paulo: Editora Hucitec: 21-51.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2001) “Incompetência e *confidence building* por trás de 20 anos de quase-estagnação da América Latina”, *Brazilian Journal of Political Economy* 21 (1) 2001: 141-166.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2005) “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”, in Caio Navarro de Toledo, org. (2005) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*, Rio de Janeiro: Editora Revan: 201-232.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2006) “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”, Fundação Seade: *São Paulo em Perspectiva* 20 (3) junho 2006: 5-24.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2008) “Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach”, *Brazilian Journal of Political Economy* 28 (1) January: 47-71.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2011) “Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil?” [A Keynesian-structuralist school of thought in Brazil?] *Brazilian Journal of Political Economy*, 31(2) April: 305-314.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2012a) "A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento", *Estudos Avançados*, 26 (75): 7-28.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2012b) "A crise do euro, uma moeda estrangeira". Colunas publicadas na *Folha de S.Paulo* entre fevereiro de 2010 e julho de 2012. Disponível no site do autor.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2013) "The value of the exchange rate and the Dutch disease", *Brazilian Journal of Political Economy*, 33 (3) July 2013: 371-387. doi.org/10.1590/S0101-31572013000300001
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2015) "The access to demand", *Keynesian Brazilian Review* 1(1) 1st semester 2015: 35-43.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2016) "Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico", *Brazilian Journal of Political Economy*, 36 (2): 237-265.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2017) "The two forms of capitalism", *Brazilian Journal of Political Economy* 37 (4), October 2017: 680-703.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2018 [2019]) "Why did trade liberalization work for East Asia but fail in Latin America?", *Challenge* 62 (4): 273-277, DOI: 10.1080/05775132.2019.1632526
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2019a) "Policy constraints, current account deficits, and competitiveness-oriented macroeconomics". Trabalho apresentado à AFEP/IIPE Annual Conference, Lille, July 3-5, 2019. Artigo disponível apenas no site do autor.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2019b) "Models of the developmental state", *CEPAL Review*, 128, August: 35-47. <http://hdl.handle.net/11362/44978>
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2022) "Teorias do Estado e teoria novo-desenvolvimentista", *Dados*, 65 (4): 1-37. doi.org/10.1590/dados.2022.65.4.273
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2023) "New steps in the construction of new developmentalism", *Brazilian Journal of Political Economy* 43 (4) October: 777-788.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2024a) *Novo Desenvolvimentismo – Introduzindo uma Nova Teoria Econômica e Economia Política*, São Paulo: Editora Contracorrente.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2024b) "A economia política do círculo vicioso da quase-estagnação", *Folha de S. Paulo*,

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2025a) *Rise and Fall of Neoliberal Rentier Capitalism*, Oxford University Press.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2025) “New Developmentalism and quasi-stagnation in Brazil”, *International Journal of Economic Policy* (forthcoming 2024 ou 2025?).

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Carmem Feijó; Eliana Cristina Araújo (2024) “The determination of the exchange rate: a new-developmental approach”, *Structural Change and Economic Dynamics*, Disponível online, 21 de setembro 2024.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Eliane C. Araújo; Samuel C. Peres (2019) “An alternative to the middle-income trap”, *Structural Change and Economic Dynamics*, 52, March: 294-312.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Fernando Dall’Acqua (1991) “Populismo econômico versus Keynes: a reinterpretação do déficit público na América Latina”, in Luiz Carlos Bresser-Pereira, org. (1991) *Populismo econômico : ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*, São Paulo: Editora Nobel: 191-200.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Fernando Rugitsky (2018) “Industrial policy and exchange rate scepticism?” *Cambridge Journal of Economics*, 42(3), abril 2018: 617-632.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; José Luis Oreiro; Nelson Marconi (2014 [2016]) *Macroeconomia Desenvolvimentista*, Rio de Janeiro: Elsevier. Original em inglês, 2014.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Lauro Gonzalez; Cláudio Lucinda (2008) “Crises financeiras nos anos 1990 e poupança externa”, *Nova Economia* 18 (3) setembro: 327-357.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Pedro Rossi (2015) “Sovereignty, the Exchange Rate, Collective Deceit, and the Euro Crisis”, *Journal of Post Keynesian Economics* vol.38 n.3: 355-375. <http://dx.doi.org/10.1080/01603477.2015.1087807>.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Yoshiaki Nakano (1983 [1984]) “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”, *Brazilian Journal of Political Economy* 4 (1) janeiro 1984: 5-21. Original em *Anais do X Encontro Nacional de Economia*, Belém, ANPEC, dezembro 1983.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Yoshiaki Nakano (1984) *Inflação e Recessão*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Yoshiaki Nakano (2002) “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade”, *Brazilian Journal of Political Economy*, 21 (3): 146-177.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos; Yoshiaki Nakano (2003) "Crescimento econômico com poupança externa?", *Brazilian Journal of Political Economy* 23 (2) April 2003: 3-27.
- Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto (1969 [1970]) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Original em espanhol, 1969.
- Chenery, Hollis e Michael Bruno (1962) “Development alternatives in an open economy: The case of Israel”, *Economic Journal* 72(285), March: 79-103.
- Duesenberry, James S. (1949 [1967]) *Income, Savings and the Theory of Economic Behavior*, Cambridge, MA: Cambridge University Press. Original PhD dissertation, 1949.
- Evans, Peter (1992). O estado como problema e solução: predação, autonomia incorporada e mudança estrutural. Em S. Haggard e R. Kaufman (Eds.), *A Política de Ajuste Econômico*. Princeton: Princeton University Press.
- Evans, Peter (1995) *Embedded Autonomy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Frank, Andre Gunder (1966) “The development of underdevelopment”, *Monthly Review* 18(4) 1966: 17–31. http://dx.doi.org/10.14452/MR-018-04-1966-08_3
- Frank, Andre Gunder (1969) *Capitalism and Development in Latin America*, New York, Monthly Review Press.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Gala, Paulo (2006) *Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento*, São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Tese de doutorado, maio 2006.
- Johnson, Chalmers (1982) *MITI and the Japanese Miracle*, Stanford: Stanford University Press.

- Marconi, Nelson (2012) “The industrial equilibrium exchange rate in Brazil: an estimation”, *Brazilian Journal of Political Economy* 32 (4): 656-669.
- Medeiros, Carlos Aguiar de; Esther Majerowicz (2022) “Developmentalism with Chinese characteristics”, *International Journal of Political Economy*, 51 (3): 208-228. DOI: 10.1080/08911916.2022.2146388
- Medeiros, Carlos Aguiar de; Nicholas Trebat (2016) “Latin America at a crossroads: controversies on growth, income distribution and structural change”, Centro Sraffa Working Papers, n 22, outubro 2016.
- Nassif, André (2023) *Desenvolvimento e Estagnação*, São Paulo: Contracorrente.
- Nurkse, Ragnar (1951 [1957]) *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. Revised version of the lectures at Getulio Vargas Foundation published at *Revista Brasileira de Economia*, September 1951. In English, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries* (1953).
- Nurkse, Ragnar (1958) “Some international aspects of economic development”, in Agarwala and Sing, eds. *The Economics of Underdevelopment*, London: Oxford University Press
- Pinto, Aníbal (1970) “Naturaleza e implicaciones de la heterogeneidad estructural en América Latina”, *El trimestre Económico*, 37 (1) 145. In *50 Anos de Pensamiento de la CEPAL*: 547-567.
- Prebisch, Raúl (1949 [1950]) *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*, New York: United Nations, Dept. of Economic Affairs. Original, 1949, in CEPAL’s *Estudio Económico de la América Latina 1948* (Santiago de Chile: United Nations, ECLAC, 1949).
- Rangel, Ignácio M. (1963 [1978]) *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 3ª edição com posfácio e subsequentes: São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- Rosenstein-Rodan, P. (1943). Problemas de industrialização na Europa Oriental e no Sudeste da Europa. *Jornal Económico*, 53, pp. 202-211.
- Sunkel, Osvaldo; Pedro Paz (1970) *El Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo*, México: Siglo Veintiuno Editores.

¹ Os textos fundamenta da TND são Prebisch (1949); Furtado (1961); Aníbal Pinto (1970); e o livro quase-didático de Sunkel e Paz (1970).

² Bresser-Pereira (2024a).

³ Bresser-Pereira e Rugitsky (2018).

⁴ Bresser-Pereira (2024a).

⁵ Em vez disso, eles propuseram a integração regional para aumentar o tamanho dos mercados domésticos.

⁶ Medeiros e Trebat (2016); Medeiros e Majerowicz (2022).

⁷ Ver meu paper, “Incompetência e *confidence building* por trás de 20 anos de quase-estagnação da América Latina”.(2002)

⁸ Ver os paper sobre esse tema em meu website, sob a categoria ‘Brazilian Economy / Fiscal crisis of the state’; Bresser-Pereira e Nakano (2002).

⁹ Refiro-me a Bresser-Pereira e Nakano (2001a; 2001b).

¹⁰ Publicados no livro com Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão* (1984).

¹¹ Bresser-Pereira (2006).

¹² Bresser-Pereira (2008).

¹³ Em seu livro *Macroeconomia e Estagnação*, André Nassif (2023) percebeu este fato com muita acuidade.

¹⁴ Bresser-Pereira e Nakano (1983).

¹⁵ Ver Bresser-Pereira e Gala (2007).

¹⁶ Ver Bresser-Pereira (2008).

¹⁷ Ver Bresser-Pereira (2024).

¹⁸ Bresser-Pereira, Araujo e Peres (2019).

¹⁹ Bresser-Pereira, González e Lucinda (2008).

²⁰ Bresser-Pereira, Gonzales e Lucinda (2008).

²¹ Ver Bresser-Pereira (2010; 2024a).

²² Bresser-Pereira (2011; 2015).

²³ Bresser-Pereira (2012a; 2016 nota 33; 2019).

²⁴ Marconi (2012); Nassif, Feijó e Araujo (2012); Souza (2024).

²⁵ Bresser-Pereira (2013; 2024a).

²⁶ Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2016); Bresser-Pereira, Feijó e Araujo (2024).

²⁷ Bresser-Pereira (2023).

²⁸ Gunder Frank (1966; 1969); Cardoso e Faletto (1969); Bresser-Pereira (2005; 2025).

²⁹ Johnson (1982); Bresser-Pereira (2019b; 2022).

³⁰ Bresser-Pereira (1991; 2014: 142-161; 2024a: cap.12).

³¹ Bresser-Pereira (2017).

³² Bresser-Pereira (2024b).

³³ Bresser-Pereira (2024a: Capítulo 16); uma explicação ainda um pouco mais rigorosa deverá estar presente em Bresser-Pereira (2024 ou 2025 (forthcoming)).

³⁴ Bresser-Pereira (2012); Bresser-Pereira e Rossi (2016).

³⁵ Bresser-Pereira (2018).